

MINUTA DE EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da CASA MILITAR, inscrita no CNPJ 14.788.457/0001-17, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: Compras.GOV: 90801/2026 GMS 801/2026 UASG RESPONSÁVEL: 928306 TIPO: MENOR PREÇO EXCLUSIVO PARA ME E EPP	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09h59min do dia 01/07/2026 Início da sessão / disputa de lances: 10:00h do dia 01/07/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com instalação completa, incluindo fornecimento dos materiais necessários, mão de obra, fixação, acabamento, remoção dos aparelhos antigos, para atender a demanda da Casa Militar do Paraná, conforme as condições e especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 27.580,02 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta reais e dois centavos), em lote único.

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Gestão/Unidade: 1502.04.122.05.8023 - Gestão Administrativa - Casa Militar;

Fontes de Recurso: 500 e 501.

Natureza de Despesa: 4490-52.34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos; e
3390-39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, www.comprasparana.pr.gov.br e Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.)

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro 1º Sgt. QP PM Osmar Gonçalves e equipe de apoio, designadas pela Portaria nº 008 /2025, da Casa Militar.

- E-mail: licitacoes-cm@casamilitar.pr.gov.br

- Telefones: (41) 3350-2410 e (41) 3350-2717.

- Endereço: Palácio Iguaçu, Avenida Candido de Abreu s/nº, 4º andar, Casa Militar, Centro Cívico, CEP 80530-000, Curitiba/PR.

- **O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.**

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é a soma dos valores unitários dos itens que compõem o lote, fixada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverão constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste Edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, uma vez que o objeto da contratação não demanda a conjugação de diferentes especialidades técnicas ou capacidades operacionais para sua adequada execução. Ademais, trata-se de objeto comumente ofertado por empresas que atuam individualmente no mercado, não se verificando a necessidade ou a viabilidade de sua execução por meio de consórcio.

6 ANEXOS:

- Anexo I - Termo de Referência 037/2026-CM;
- Anexo II - Documentos de Habilitação;
- Anexo III - Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;

- Anexo IV - Modelo de Procuração;
- Anexo V - Modelo de Declaração;
- Anexo VI - Local de Entrega;
- Anexo VII - Anexo à Nota de Empenho;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo IX - Declaração LGPD; e
- Anexo X - Declaração de Conhecimento.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.), na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.).

1.3 O pregoeiro exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.), conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://portaldeservicos.economia.gov.br/> ou, ainda, por meio dos telefones 08009789001.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração Estadual - Portal de Compras do Governo Federal (Compras Gov.) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, com ramo de atuação pertinente ao objeto da licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Pública – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram penalizadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas, observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O Pregoeiro, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item e valor global do lote;

4.1.2 Marca/Modelo;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os **licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações**.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se

encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até **01 (um) dia útil**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 90(noventa) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 Os licitantes deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o pregoeiro desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o pregoeiro poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, **possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério da **Divisão de Transportes Terrestre da Casa Militar do Paraná**, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, devendo ser exclusivamente por intermédio do Banco do Brasil S/A, nos termos da Resolução SEFA n.º 827, de 12 de agosto de 2021, providenciando a abertura da referida conta até a assinatura do ajuste ou da Emissão da Nota de Empenho, de acordo com a Orientação Administrativa n.º 76-PGE, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \cdot I}{(6/100)} = I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa
anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado o pregoeiro a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

**1º Sgt QP PM Osmar Gonçalves,
Pregoeiro PE 90801/2026.
Portaria 005/2026.**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/2026-CM

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com instalação completa, incluindo fornecimento dos materiais necessários, mão de obra, fixação, acabamento, remoção dos aparelhos antigos e respectivos suportes, limpeza final do ambiente, testes de funcionamento e demais serviços acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, para a Divisão de Transporte Terrestre da Casa Militar da Governadoria, conforme condições e especificações contidas neste Termo.

Lote único: aquisição e instalação completa de aparelhos de ar-condicionado, incluindo materiais, mão de obra, remoção dos equipamentos antigos, testes e serviços acessórios.

ITEM	CLASSE	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	QTD	UN. MED	MÉDIA VALORES	TOTAL MÉDIA VALORES
1	4102	75810	Aquisição de aparelho de ar-condicionado split inverter, 24.000 BTUs, COM INSTALAÇÃO COMPLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS	3	unitário	R\$ 7.144,44	R\$ 21.433,32
2	4102	30479	Aquisição de aparelho de ar-condicionado split inverter, 12.000 BTUs, COM INSTALAÇÃO COMPLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS	1	unitário	R\$ 4.560,03	R\$ 4.560,02
3	0521	66374	Retirada de Ar Condicionado antigos e respectivos suportes, limpeza final do ambiente e destinação adequada dos resíduos gerados.	4	unitário	R\$ 396,67	R\$ 1.586,68
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						R\$ 27.580,02	

1.1.1 O valor máximo estimado da contratação será de R\$ 27.580,02 (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta reais e dois centavos), conforme Mapa de Formação de Preços em anexo.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Aquisição de aparelhos de ar-condicionado, incluindo a instalação completa dos equipamentos, com fornecimento de todos os materiais necessários, mão de obra especializada, acabamentos, retirada de Ar Condicionado antigos e respectivos suportes, limpeza final do ambiente e destinação adequada dos resíduos gerados e limpeza do ambiente após a execução dos serviços.

1.2.2 Item 1

Aparelhos de ar condicionado de 24.000 BTUS:

- Modelo:** Split Hi-Wall ou modelo superior;
- Capacidade de refrigeração:** 24.000 BTUs;
- Ciclo:** Quente/Frio

4. **Tipo:** Ar Condicionado;
5. **Controle:** sem fio
6. **Split:** Sistema composto por uma unidade interna (evaporadora) e uma unidade externa (condensadora);
7. **Inverter:** Tecnologia que garante maior eficiência energética, reduzindo o consumo de energia ao ajustar automaticamente a velocidade do compressor.
8. **Eficiência energética:** Classe A - de acordo com o selo Procel, Inmetro;
9. **Voltagem:** 220V;
10. **Instalação Unidade Interna (Evaporadora)** - dentro do ambiente, responsável por absorver o calor, umidade e soprar o ar frio
11. **Instalação Unidade Externa (Condensadora):** fora do ambiente, acima do telhado (telhas de fibrocimento) ou solução técnica equivalente, responsável por liberar o calor para o ambiente externo e condensar o fluido refrigerante, ou solução técnica equivalente que atenda às condições estruturais e de segurança;
12. **Refrigeração:** Resfriamento eficiente do ambiente, com controle de temperatura ajustável;
13. **Desumidificação:** Reduz a umidade do ar, mantendo o ambiente mais confortável;
14. **Ventilação:** Função de ventilação sem resfriamento, para circulação de ar;
15. **Modo Turbo:** Atinge rapidamente a temperatura desejada;
16. **Modo Sleep (ou modo noturno):** Ajusta automaticamente a temperatura durante a noite para maior conforto e economia de energia;
17. **Filtro de ar antibacteriano:** Sistema de filtragem de ar compatível com o padrão do fabricante, apto à retenção de partículas comuns, como poeira, observadas as especificações técnicas do equipamento.
18. **Garantia mínima:** 12 meses contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante;
19. O fornecimento dos equipamentos deverá observar compatibilidade com a instalação prevista no item 3 deste lote, devendo os aparelhos ser entregues em condições plenas de funcionamento, acompanhados de controle remoto, manuais, acessórios originais e garantia mínima do fabricante.
20. **Aceitação de marcas:** Serão aceitos equipamentos de qualquer marca, desde que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, aos padrões de eficiência energética, segurança, garantia e desempenho estabelecidos, sem prejuízo da análise de conformidade pela Administração.

1.2.2.1 Para fins de formulação da proposta, deverá ser considerada distância estimada de até 5 metros lineares entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora de cada equipamento, incluindo tubulação frigorígena, isolamento térmico, dreno, cabeamento de interligação, suportes, fixações, acabamentos e demais materiais necessários à instalação completa. Caso a licitante entenda necessária solução diversa, deverá contemplá-la em sua proposta, sem ônus adicional à Administração, desde que observadas as condições estruturais, técnicas e de segurança do local.

1.2.3 Item 2

Aparelho de ar condicionado de 12.000 BTUS:

- 1. Modelo:** Split Hi-Wall ou modelo superior;
- 2. Capacidade de refrigeração:** 12.000 BTUs;
- 3. Ciclo:** Quente/Frio
- 4. Tipo:** Ar Condicionado;
- 5. Controle:** sem fio
- 6. Split:** Sistema composto por uma unidade interna (evaporadora) e uma unidade externa (condensadora);
- 7. Inverter:** Tecnologia que garante maior eficiência energética, reduzindo o consumo de energia ao ajustar automaticamente a velocidade do compressor.
- 8. Eficiência energética:** Classe A - de acordo com o selo Procel, Inmetro;
- 9. Voltagem:** 220V;
- 10. Instalação Unidade Interna (Evaporadora)** - dentro do ambiente, responsável por absorver o calor, umidade e soprar o ar frio
- 11. Instalação Unidade Externa (Condensadora):** fora do ambiente, acima do telhado (telhas de fibrocimento) ou solução técnica equivalente, responsável por liberar o calor para o ambiente externo e condensar o fluido refrigerante, ou solução técnica equivalente que atenda às condições estruturais e de segurança;
- 12. Refrigeração:** Resfriamento eficiente do ambiente, com controle de temperatura ajustável;
- 13. Desumidificação:** Reduz a umidade do ar, mantendo o ambiente mais confortável;
- 14. Ventilação:** Função de ventilação sem resfriamento, para circulação de ar;
- 15. Modo Turbo:** Atinge rapidamente a temperatura desejada;
- 16. Modo Sleep (ou modo noturno):** Ajusta automaticamente a temperatura durante a noite para maior conforto e economia de energia;

17. Filtro de ar antibacteriano: Sistema de filtragem de ar compatível com o padrão do fabricante, apto à retenção de partículas comuns, como poeira, observadas as especificações técnicas do equipamento.

18. Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante;

19. O fornecimento dos equipamentos deverá observar compatibilidade com a instalação prevista no item 3 deste lote, devendo os aparelhos ser entregues em condições plenas de funcionamento, acompanhados de controle remoto, manuais, acessórios originais e garantia mínima do fabricante.

20. Aceitação de marcas: Serão aceitos equipamentos de qualquer marca, desde que atendam integralmente às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, aos padrões de eficiência energética, segurança, garantia e desempenho estabelecidos, sem prejuízo da análise de conformidade pela Administração.

1.2.3.1 Para fins de formulação da proposta, deverá ser considerada distância estimada de até 5 metros lineares entre a unidade evaporadora e a unidade condensadora de cada equipamento, incluindo tubulação frigorígena, isolamento térmico, dreno, cabeamento de interligação, suportes, fixações, acabamentos e demais materiais necessários à instalação completa. Caso a licitante entenda necessária solução diversa, deverá contemplá-la em sua proposta, sem ônus adicional à Administração, desde que observadas as condições estruturais, técnicas e de segurança do local.

1.2.4 Item 3

Remoção dos aparelhos de ar condicionado:

1. Compreende a remoção dos aparelhos de ar-condicionado existentes, incluindo suportes, fixações e demais estruturas eventualmente instaladas, quando necessária à adequada instalação dos novos equipamentos.
2. Para elaboração da proposta, deverá ser considerada distância estimada de até 5 (cinco) metros lineares entre as unidades evaporadora e condensadora de cada equipamento, contemplando o fornecimento de todos os materiais, insumos, mão de obra e serviços indispensáveis para remoção.
3. Os serviços serão executados nas dependências da Divisão de Transporte Terrestre da Casa Militar da Governadoria, observadas as disposições deste Termo de Referência e as orientações da fiscalização contratual.
4. A execução deverá atender às normas técnicas vigentes, assegurando qualidade, segurança, perfeito funcionamento dos equipamentos, preservação do patrimônio público e atendimento integral às necessidades da Administração.

1.2.5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. NORMAS REGULAMENTADORAS

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego define-se Normas Regulamentadoras como sendo:

“As Normas Regulamentadoras (NR) são disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977. Consistem em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.” (itálico meu)

b. Normas Técnicas Aplicáveis: A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis à instalação de aparelhos de climatização, instalações elétricas, segurança do trabalho, trabalho em altura, uso de equipamentos de proteção individual e preservação do patrimônio público.

- Deverão ser observadas, quando aplicáveis à execução do objeto, especialmente:
 1. NR-1, quanto às disposições gerais de segurança e saúde no trabalho;
 2. NR-6, quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual;
 3. NR-10, quanto à segurança em instalações e serviços em eletricidade;
 4. NR-18, quando houver atividade enquadrável nas condições de segurança da indústria da construção;
 5. NR-35, quando houver trabalho em altura;
 6. normas técnicas da ABNT aplicáveis às instalações elétricas, climatização, fixação, drenagem, segurança e desempenho dos equipamentos.

1.2.6 Serviços preliminares: A contratada deverá, antes do início da execução:

- I - vistoriar os pontos de instalação indicados pela Administração;
- II - proteger os ambientes, mobiliários e bens públicos existentes no local;
- III - sinalizar e isolar a área de trabalho na medida necessária à segurança dos usuários e servidores;
- IV - organizar o local destinado ao acondicionamento provisório dos resíduos gerados;
- V - providenciar os equipamentos, ferramentas, materiais e EPIs necessários à execução segura dos serviços.

1.2.6.1 Para execução dos trabalhos deverão ser respeitados os padrões estéticos e funcionais adotados pela Casa Militar. As intervenções deverão garantir uniformidade visual, conformidade, segurança elétrica, funcionamento, organização e acabamento limpo, com total remoção de resíduos e materiais excedentes, conforme normas técnicas aplicáveis ao objeto.

1.2.7 Ferramentas, equipamentos e acabamentos

A contratada deverá utilizar ferramentas, equipamentos, instrumentos de medição, EPIs e materiais adequados à execução dos serviços, observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

Os acabamentos deverão preservar o padrão estético e funcional dos ambientes, devendo os locais de intervenção ser entregues limpos, organizados, livres de

resíduos, sobras de materiais, marcas de sujeira, danos aparentes ou irregularidades decorrentes da execução.

Eventuais danos causados pela contratada às paredes, forros, pisos, mobiliários, instalações elétricas, estruturas ou demais bens públicos deverão ser corrigidos às suas expensas, sem ônus adicional para a Administração.

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 No que se refere ao Princípio da Padronização, conforme leciona Justen Filho (2021, p. 567):

“A padronização é um instrumento de racionalização das atividades administrativas, com redução de custos e otimização da aplicação de recursos. A padronização elimina variações de produtos na fase de julgamento, na utilização, conservação, entre outras vantagens”;

1.3.2 Como o Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) ainda não foi integralmente implantado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, não foi possível utilizar o referido sistema como base de padronização nesta contratação. Do mesmo modo, o sistema CATMAT do Compras.gov.br ainda não está plenamente integrado ao e-CAT.

1.3.3 As especificações técnicas constantes neste Termo de Referência foram elaboradas pela unidade demandante com base na necessidade administrativa identificada, em pesquisas de mercado e em parâmetros usuais para equipamentos de climatização, buscando assegurar o atendimento da finalidade pública sem exigências desproporcionais ou que comprometam a competitividade da contratação.

1.3.4 Caso os produtos ou serviços fornecidos não atendam integralmente às especificações exigidas no edital, deverão ser integralmente substituídos ou refeitos pela contratada, nos prazos e condições contratuais, sem ônus adicional para a Administração.

1.3.5 A presente contratação adota critérios padronizados de qualidade, durabilidade, compatibilidade, rendimento e segurança, compatíveis com os parâmetros usuais do mercado e com as normas técnicas aplicáveis, de forma a garantir a funcionalidade dos equipamentos instalados e a uniformidade visual do ambiente, nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 A execução dos serviços ocorrerá conforme cronograma definido neste Termo de Referência, com início a partir da emissão da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, conforme o caso.

1.4.2 Após a formalização contratual, a Empresa contratada deverá iniciar a execução no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a emissão da Nota de Empenho, devendo concluir os serviços no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, observadas as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

1.4.3 A execução deverá ocorrer no endereço da Divisão de Transporte Terrestre da Casa Militar, situado à Rua Deputado Mário de Barros, 1556, Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80530-280, telefone (41) 3352-8478;

1.4.4 A contratada será integralmente responsável por todas as despesas necessárias à execução do objeto, incluindo transporte de materiais, mão de obra, equipamentos, encargos trabalhistas, tributos, licenças, taxas e demais custos incidentes;

1.4.5 A contratada será responsável pela qualidade dos serviços prestados e dos materiais empregados, devendo realizar, por sua conta, as correções de quaisquer

falhas, vícios ou defeitos identificados durante a execução ou no prazo de garantia contratual;

1.4.6 Caso os serviços executados ou materiais fornecidos estejam em desacordo com as especificações técnicas, a contratada deverá refazer os serviços ou substituir os materiais, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após notificação formal da Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no edital;

1.4.7 Os materiais utilizados deverão atender aos padrões de qualidade exigidos pelas normas da ABNT e demais regulamentações técnicas aplicáveis atualizadas e vigentes, sendo vedada a utilização de insumos de segunda linha, reaproveitados ou fora do prazo de validade.

1.4.8 Toda a execução deverá ser acompanhada por profissional legalmente habilitado, que será responsável técnico pelos serviços.

1.4.9 A contratada deverá adotar todas as medidas de segurança do trabalho exigidas pela legislação vigente, garantindo a integridade física dos trabalhadores e a preservação do patrimônio público;

1.4.10 Ao final da execução, a contratada deverá realizar a limpeza da área e entregar o espaço em plenas condições de uso, livre de entulhos ou resíduos, acompanhado de aceite ou termo de recebimento emitido pela fiscalização contratual, conforme etapa de recebimento prevista neste Termo de Referência.

1.4.11 Toda a responsabilidade pela destinação final dos resíduos gerados durante a execução do objeto será da contratada, inclusive embalagens, cabos, tubulações, suportes, peças substituídas, componentes removidos, materiais de fixação e demais resíduos decorrentes da instalação e remoção dos equipamentos.

1.4.12 A destinação deverá ser realizada em conformidade com as normas ambientais vigentes, incluindo o Decreto Estadual nº 4.167/2009, com prioridade para descarte ambientalmente adequado e destinação a cooperativas e/ou locais licenciados. Deverão ser apresentados, quando solicitado, os comprovantes de destinação, como MTRs ou recibos de entrega.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justificativa Técnica

A Casa Militar da Governadoria, nos termos da Lei Estadual nº 21.352/2023 e do Decreto Estadual nº 2.680/2019, exerce atividades de interesse estratégico do Estado, incluindo o apoio logístico, administrativo, operacional e institucional às atividades governamentais.

No âmbito de suas atribuições, a Divisão de Transporte Terrestre – DTT/CM necessita manter suas instalações em condições adequadas de funcionamento, salubridade, conforto térmico, segurança e funcionalidade, de modo a assegurar ambiente apropriado aos servidores, colaboradores e demais usuários dos espaços sob sua responsabilidade.

Verificou-se que os aparelhos de ar-condicionado instalados no salão de eventos e no alojamento encontram-se inoperantes, apresentando estado avançado de deterioração, decorrente do tempo de uso, com sinais de corrosão em componentes, falhas de funcionalidade e perda de eficiência operacional. As verificações realizadas indicam a inviabilidade de recuperação dos equipamentos, em razão de sua obsolescência, da dificuldade de obtenção de peças de reposição e da antieconomicidade de eventual tentativa de manutenção.

Diante desse cenário, justifica-se a instrução de processo administrativo de contratação para aquisição de novos aparelhos de ar-condicionado, devidamente dimensionados às características dos ambientes, incluindo instalação completa, fornecimento dos materiais necessários, mão de obra especializada, fixação,

acabamento, remoção dos equipamentos antigos e respectivos suportes, testes de funcionamento e limpeza final do local após a execução dos serviços.

A contratação pretendida visa restabelecer condições adequadas de climatização nos ambientes indicados, garantindo conforto térmico, salubridade, funcionalidade e melhores condições de uso para servidores e demais usuários das instalações da Divisão de Transporte Terrestre.

A medida também contribui para a preservação do patrimônio público, para a melhoria das condições de trabalho e para a continuidade das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Casa Militar, evitando prejuízos decorrentes da inoperância da infraestrutura atualmente existente.

Por fim, a presente contratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A solução proposta consiste na aquisição de aparelhos de ar-condicionado com instalação completa, incluindo fornecimento dos materiais necessários, mão de obra especializada, fixação, acabamento, remoção dos aparelhos antigos e respectivos suportes, testes de funcionamento, limpeza final do ambiente e demais serviços acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

3.2 A contratação será realizada em lote único, compreendendo o fornecimento dos equipamentos e a respectiva instalação, a fim de assegurar compatibilidade técnica entre os aparelhos fornecidos e os serviços executados, preservação da garantia, unidade de responsabilização da contratada e maior eficiência na fiscalização contratual.

3.3 A solução contempla a substituição dos equipamentos atualmente inoperantes por aparelhos novos, devidamente dimensionados às características dos ambientes indicados, observadas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

3.4 A contratada deverá entregar a solução em pleno funcionamento, responsabilizando-se pelo fornecimento dos equipamentos, materiais, ferramentas, mão de obra, transporte, instalação, remoção dos equipamentos antigos, limpeza final, testes operacionais e correção de eventuais falhas, vícios ou desconformidades identificadas pela fiscalização.

3.5 A solução proposta mostra-se adequada à necessidade administrativa identificada, por permitir o restabelecimento das condições de climatização, conforto térmico, salubridade e funcionalidade do salão de eventos e do alojamento da Divisão de Transporte Terrestre, com execução pontual, escopo definido e baixa complexidade técnica.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Para a definição do valor máximo estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços com fundamento no art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, conforme demonstrado no Mapa de Formação de Preços anexado ao processo.

4.2 A pesquisa considerou fontes compatíveis com o objeto pretendido, relativo à aquisição de aparelhos de ar-condicionado com instalação completa, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, fixação, acabamento, remoção dos equipamentos antigos, testes de funcionamento e limpeza final do ambiente.

4.3 Foram realizadas consultas a fornecedores especializados no fornecimento e instalação de equipamentos de climatização, por meio de solicitações formais e/ou contatos diretos, com o objetivo de obter valores compatíveis com a realidade de

mercado e com as peculiaridades do local de execução do objeto.

4.4 Para fins de atendimento ao art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a metodologia empregada na elaboração do Mapa de Formação de Preços deverá indicar as fontes consultadas, os valores obtidos, os parâmetros utilizados, eventuais fontes não aproveitadas e as justificativas correspondentes.

4.4.1 (I) – Consulta ao banco de preços do sistema GMS. Não foram localizadas Atas de Registro de Preços vigentes para o item pretendido;

4.4.2 (II) – Consulta ao Portal da Transparência do Estado do Paraná e ao Portal de Compras do Governo Federal, para identificação de contratos similares realizados por outros órgãos da administração pública. Foram utilizados como referência contratações de aquisição e instalação, bem como remoção dos aparelhos danificados.

4.4.3 (III) – Em pesquisa ao Portal Nota Paraná, não foram localizadas compras que fossem similares ao Objeto pretendido;

4.4.4 (IV) – O objeto pretendido não conta com Tabelas Oficiais de preços para pesquisa, portanto tal requisito ficou prejudicado para o seu atendimento.

4.5 Não sendo localizadas atas, contratações públicas ou referências oficiais plenamente compatíveis com o objeto pretendido, ou sendo tais fontes insuficientes para representar adequadamente a realidade de mercado, poderão ser utilizadas cotações junto a fornecedores especializados, desde que devidamente registradas e justificadas no Mapa de Formação de Preços.

4.6 Os valores obtidos serão analisados e consolidados no Mapa de Formação de Preços, com adoção do critério estatístico considerado mais adequado ao caso concreto, tais como média, mediana ou menor valor, desde que justificado pelo servidor responsável, observada a compatibilidade dos preços, a exclusão de valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados e a legislação aplicável.

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 A contratação será realizada em **lote único**, abrangendo o fornecimento e a instalação completa dos aparelhos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais, serviços e demais itens necessários à plena execução do objeto.

5.2 O não parcelamento do objeto, nos termos do art. 342 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, justifica-se pela necessidade de integração técnica entre fornecimento e instalação, evitando risco de perda de garantia dos equipamentos, dificuldades de responsabilização entre fornecedor e instalador e eventuais incompatibilidades na execução.

5.3 A contratação conjunta proporciona maior economicidade, eficiência administrativa, controle da execução e garantia do pleno funcionamento da solução, sem prejuízo à competitividade do certame.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 A execução do objeto observará práticas mínimas de sustentabilidade, nos termos do art. 362 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, especialmente quanto à eficiência energética dos equipamentos, ao uso adequado de materiais e à destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados.

6.2 Os aparelhos de ar-condicionado deverão atender aos padrões de eficiência energética exigidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à classificação energética mínima definida nas especificações técnicas.

6.3 A contratada será responsável pela coleta, acondicionamento, transporte e destinação final adequada dos resíduos gerados durante a execução do objeto, incluindo embalagens, cabos, tubulações, suportes, peças substituídas, componentes

removidos, materiais de fixação e demais resíduos decorrentes da instalação e remoção dos equipamentos.

6.4 É vedado o descarte irregular de resíduos em áreas públicas, particulares não autorizadas ou locais ambientalmente inadequados, podendo ser exigida da contratada, sempre que solicitado, a apresentação de comprovantes de destinação final ambientalmente adequada.

6.5 Os materiais empregados deverão estar em conformidade com as normas técnicas pertinentes e não poderão conter substâncias proibidas por regulamentações ambientais vigentes, quando aplicável ao tipo de produto fornecido.

6.6 Sempre que possível e desde que tecnicamente compatível com o objeto, deverá ser priorizada a utilização de equipamentos e materiais que apresentem melhor eficiência energética, menor impacto ambiental e certificações reconhecidas pelo mercado, sem prejuízo da competitividade.

6.7 A contratada deverá comprovar, quando solicitado pela fiscalização contratual, o cumprimento das obrigações relativas ao descarte, destinação adequada e reaproveitamento dos resíduos gerados.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Considerando o valor estimado da contratação, deverá ser avaliada a aplicação do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e da regulamentação estadual aplicável.

7.2 A contratação poderá ser destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, desde que atendidos os requisitos legais e regulamentares, especialmente quanto à existência de fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório e à inexistência de prejuízo à Administração.

7.3 Caso não estejam presentes os requisitos para a exclusividade, ou caso o tratamento diferenciado não se mostre vantajoso para a Administração ou represente risco ao adequado atendimento do objeto, deverá ser adotada a forma de disputa mais adequada, mediante justificativa nos autos.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1 O objeto da presente contratação classifica-se como bem comum, com serviços acessórios de instalação, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado, conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O prazo para entrega dos equipamentos e execução integral do objeto será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão da Nota de Empenho, da assinatura do instrumento contratual ou da ordem formal de fornecimento/serviço, conforme o caso, devendo a contratada entregar os aparelhos devidamente instalados, testados, em pleno funcionamento, com remoção dos equipamentos antigos, limpeza final do ambiente e destinação adequada dos resíduos gerados.

9.2 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital, em seus anexos ou na proposta apresentada, devendo a contratada substituir, reparar, corrigir ou refazer o que for necessário no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contado da

notificação formal da Administração, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3 A contratada deverá ter disponibilidade e capacidade para executar integralmente o objeto no endereço indicado neste Termo de Referência e/ou nos anexos do edital, conforme as condições técnicas do local e as necessidades da Administração.

9.4 O recebimento do objeto observará os critérios previstos neste Termo de Referência, no edital e na minuta do contrato, somente sendo admitido o recebimento definitivo após a verificação da conformidade dos equipamentos, da instalação, dos testes de funcionamento, da limpeza final, da remoção dos equipamentos antigos e do cumprimento das demais obrigações previstas. Os critérios para o recebimento estão especificados neste Termo de Referência e no item 7 do Anexo VII, minuta do contrato, sem prejuízo da verificação da conformidade dos equipamentos instalados e em funcionamento.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar o fornecimento e a execução integral do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, quando aplicável, as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia, bem como manuais em língua portuguesa, acessórios originais e informações relativas à assistência técnica autorizada;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os equipamentos, materiais ou serviços que apresentarem avarias, defeitos, vícios, falhas de execução ou desconformidade com as especificações exigidas;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data prevista para entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.9.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.9.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.9.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites

permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10 responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos equipamentos, materiais, ferramentas, mão de obra, transporte, instalação, fixação, acabamento, testes de funcionamento, remoção dos equipamentos antigos, limpeza final do ambiente e destinação adequada dos resíduos gerados;

10.1.11 executar a instalação dos equipamentos observando as normas técnicas aplicáveis, as regras de segurança do trabalho, as condições estruturais do local e as orientações da fiscalização contratual;

10.1.12 fornecer todos os materiais necessários à instalação completa dos equipamentos, incluindo, quando aplicável, tubulação frigorígena, isolamento térmico, dreno, cabeamento de interligação, suportes, fixações, acabamentos e demais itens necessários ao pleno funcionamento da solução;

10.1.13 realizar os testes de funcionamento dos equipamentos após a instalação, entregando-os em condições plenas de uso, sem pendências técnicas, operacionais ou de acabamento;

10.1.14 responsabilizar-se por eventuais danos causados às instalações, paredes, forros, pisos, mobiliários, equipamentos, redes elétricas ou demais bens públicos durante a execução do objeto, promovendo a recomposição ou reparo às suas expensas;

10.1.15 providenciar a remoção dos equipamentos antigos e respectivos suportes, quando necessário, bem como a limpeza final dos ambientes e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, apresentando comprovantes quando solicitado pela fiscalização;

10.1.16 assegurar a garantia dos equipamentos fornecidos e dos serviços executados, corrigindo falhas, vícios ou defeitos identificados durante o prazo de garantia, sem ônus adicional para a Administração.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, após a verificação da entrega dos equipamentos, execução da instalação, testes de funcionamento, limpeza final e cumprimento das demais obrigações da contratada;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do edital, da proposta e deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento e execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela

execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser **realizado** em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débito e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual, inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação, e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome da **CASA MILITAR**, com sede na Av. Cândido de Abreu, s/nº, Edifício Palácio Iguaçu, 4º andar, CEP 80.530-000, Centro Cívico, Curitiba/PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.788.457/0001-17, constando, quando aplicável, o número da licitação, lote/item, descrição dos equipamentos fornecidos, serviços executados, marca, modelo, número de série e demais informações necessárias à identificação do objeto.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital, observada a compatibilidade com o objeto, a proporcionalidade das exigências e a necessidade de comprovação de aptidão para fornecimento e instalação de aparelhos de climatização.

12.4 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

13.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

13.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

13.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.2 É vedada a subcontratação total do objeto.

14.3 Será admitida a subcontratação parcial de serviços acessórios relacionados à instalação, assistência técnica ou garantia dos equipamentos, desde que previamente comunicada à Administração e desde que não haja prejuízo à responsabilidade integral da contratada pela execução do objeto.

14.4 A eventual subcontratação parcial não exime a contratada de suas obrigações contratuais, permanecendo esta integralmente responsável pelo fornecimento dos equipamentos, instalação, materiais, mão de obra, acabamento, testes de funcionamento, remoção dos equipamentos antigos, limpeza final, garantia e correção de eventuais falhas.

15 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação, a baixa complexidade técnica, o prazo reduzido de execução e a ausência de pagamento antecipado.

15.2 Considerando que o pagamento ocorrerá somente após a execução do objeto, mediante recebimento e atesto pela fiscalização contratual, entende-se que não há risco relevante que justifique a exigência de garantia de execução pela Administração.

15.3 Os riscos ordinários da contratação encontram-se mitigados pelas exigências constantes neste Termo de Referência, especialmente quanto à fiscalização, recebimento do objeto, garantia dos equipamentos e serviços, obrigação de correção ou substituição, responsabilidade por danos e aplicação de sanções em caso de inadimplemento.

15.4 Ademais, a exigência de garantia contratual poderia implicar aumento no valor final da contratação, razão pela qual sua não exigência se mostra proporcional, economicamente adequada e compatível com o interesse público.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

16.1 O prazo mínimo de garantia dos equipamentos fornecidos será de 12 (doze) meses, ou pelo prazo superior eventualmente oferecido pelo fabricante, contado a partir do recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

16.2 A instalação, os materiais empregados, os acabamentos e os demais serviços acessórios deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo do objeto.

16.3 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos e serviços em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

16.4 A garantia abrange a correção de defeitos, vícios, falhas de funcionamento, desconformidades de instalação, substituição de peças, ajustes, reparos e demais providências necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos.

16.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, compatíveis com o equipamento e com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças substituídas.

16.6 Uma vez notificada, a contratada deverá realizar a reparação, correção ou substituição necessária no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da notificação formal da Administração, salvo justificativa técnica aceita pela fiscalização contratual.

16.7 O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da contratada, desde que aceita pelo Contratante.

16.8 Quando tecnicamente possível e necessário à continuidade das atividades administrativas, poderá ser exigida da contratada solução provisória equivalente durante o período de reparo, desde que compatível com a natureza do objeto e com as condições do local.

16.9 Decorrido o prazo para reparo, correção ou substituição sem atendimento da solicitação da Administração, poderão ser adotadas as medidas cabíveis para execução por terceiros, ressarcimento dos custos, apuração de responsabilidade e aplicação das sanções previstas no edital, no contrato e na legislação vigente.

16.10 O custo referente ao transporte, deslocamento de equipe técnica, retirada, reinstalação ou substituição de componentes cobertos pela garantia será de responsabilidade da contratada.

16.11 A garantia legal ou contratual do objeto possui prazo próprio e desvinculado da

vigência contratual, permitindo a adoção das providências cabíveis em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após expirada a vigência do contrato.

17 VIGÊNCIA

17.1 O contrato ou instrumento equivalente terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura ou emissão, conforme o caso, sem prejuízo do prazo de garantia dos equipamentos e serviços.

17.2 O prazo de execução do objeto será aquele definido neste Termo de Referência, devendo a contratada concluir integralmente o fornecimento, a instalação, os testes de funcionamento, a remoção dos equipamentos antigos e a limpeza final no prazo estabelecido.

17.3 Tratando-se de contratação com escopo definido, eventual necessidade de prorrogação observará a legislação aplicável, especialmente quando o objeto não for concluído no período inicialmente previsto, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das sanções cabíveis caso o atraso decorra de culpa da contratada.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado.

18.1.1 A data-base do orçamento estimado fica fixada em 27 de abril de 2026, correspondente à data de encerramento do Mapa de Formação de Preços.

18.2 Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, caso cabível, o reajuste será realizado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por se tratar de índice oficial, amplamente utilizado pela Administração Pública e compatível com a recomposição inflacionária do valor contratado.

18.3 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que preenchidos os requisitos legais e contratuais.

18.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.5 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura, salvo hipótese legalmente admitida e devidamente justificada.

18.6 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada em procedimento próprio.

19 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, conforme dotação orçamentária a ser indicada pela unidade competente:

Gestão/Unidade: 1502.04.122.05.8023 – Gestão Administrativa Casa Militar.

Fonte de Recurso: 500 e 501.

Elemento de Despesa: 490-52.34 – Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos; e 3390-39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

20 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante e o contratado que incorrerem em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos arts. 193 a 227 do Decreto nº 10.086/2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais, nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.1 Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram a regulamentação estabelecida pelo Decreto Estadual nº 10.086/2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 11 de maio de 2026.

Cap. QOEM PM André Felipe Kovalczykowski,
Chefe da Divisão de Transporte Terrestre da Casa Militar,
Responsável pela elaboração do Termo de Referência.

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal <https://pncp.gov.br/>;

1.1.1. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, emitido pelo Sistema GMS, no portal www.comprasparana.pr.gov.br, constando a classe vinculada aos bens e serviços do Objeto da Dispensa Eletrônica;

1.1.2. Os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.4.1.8 As empresas que apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo X):

1.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (ANEXO V).

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento

equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N°90801 Ano: 2026

Fornecedor:	
CNPJ/CPF:	Inscrição Estadual:
Endereço:	Bairro:
Cidade:	Estado: CEP:
Telefone:	E-MAIL:
Banco do Brasil (001) – Agência:	Conta corrente:

OBS: (O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item e valor global do lote; Marca/Modelo; Fabricante; Manual; Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso).

Constitui objeto desta licitação: Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação completa de aparelhos de ar-condicionado, incluindo materiais, mão de obra, remoção dos equipamentos antigos, para atender a demanda da Casa Militar, conforme as quantidades, condições e especificações contidas no Edital e seus anexos.

Lote único: aquisição e instalação completa de aparelhos de ar-condicionado, incluindo materiais, mão de obra, remoção dos equipamentos antigos, testes e serviços acessórios.

ITEM	CLASSE	ITEM GMS	DESCRIPTIVO	QTD	UN. MED	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	4102	75810	Aquisição de aparelho de ar-condicionado split inverter, 24.000 BTUs, COM INSTALAÇÃO COMPLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS	3	unitário	R\$	R\$
2	4102	30479	Aquisição de aparelho de ar-condicionado split inverter, 12.000 BTUs, COM INSTALAÇÃO COMPLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS	1	unitário	R\$	R\$
3	0521	66374	Retirada de Ar Condicionado antigos e respectivos suportes, limpeza final do ambiente e destinação adequada dos resíduos gerados.	4	unitário	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE						R\$	

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no Pregão Eletrônico n.º xxx/2024, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹ A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

MODELO DE DECLARAÇÃO

(..... timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal

ANEXO VI

Divisão de Transporte Terrestre – DTT

Local de Entrega: Rua Deputado Mario de Barros, 1556, CEP 80530-280, Juvevê, Curitiba/PR.

Responsável pelo Recebimento: Cap. QOEM PM André Felipe Kovalczykowski

Telefone: 41 – 3352-8478

Horário para entrega: 8h30min às 11h59min. e das 14h às 17h59min

ANEXO VII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO N.º XXXXXXXX

VALOR XXXXXXXX

1 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Integra este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º XXXXXXXX, bem como os seus Anexos e o Descritivo da Proposta de Preços constantes do Protocolado n.º XXXXXXXX, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO:

2.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

2.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

2.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

2.3 O prazo estabelecido no item 2.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

2.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

2.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR: o contratado deverá:

3.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

3.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

3.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega,

3.5 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

3.6 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

3.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

3.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

3.8.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

3.8.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

4.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

4.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

4.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

4.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

4.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

4.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

4.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

4.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

4.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

4.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

5 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

5.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

5.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

5.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

5.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

5.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

7 DO FORO: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

_____,
CHEFE DA CASA MILITAR.

_____,
CONTRATADA.



ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º xxx/2024, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

ANEXO X
MODELOS DE DECLARAÇÃO



DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº XX/2026

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

Local e data.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]